

Carta do 2º Seminário da Terra

Altamira PA – 16 a 18/07/2025

Reunidos em Altamira (PA), nos dias 16 a 18 de julho de 2025, no 2º Seminário da Terra organizado pelo Cimi Norte II com o apoio de outros Regionais e Secretariado do Cimi, para discutir os impactos da crise climática, nós representantes dos Povos Indígenas Xipaia, Arara, Curuaia, Xikrin, Kararao, Juruna, Yudja Juruna, Arapium, Tapajó, Tupinambá, Munduruku, Kumaruara, Guarani do Pará, Suruí, Amanaie, Tembé, Kayapó, Karipuna do Amapá, Galibi Marworno, Karipuna de Rondônia, Ka'apor, Huni'kui, Kaingang, Guarani do Mato Grosso do Sul e Pankararu, provenientes dos biomas Amazônia, Caatinga, Cerrado, Mata Atlântica, Pampa e Pantanal, tornamos pública, no contexto da COP30, a nossa angústia, indignação e revolta diante dos seguidos golpes que vem sendo impetrados contra os nossos direitos e os direitos da natureza, frutos da ganância sem limites dos que buscam total liberdade para saquear as riquezas existentes em nossos territórios, utilizando como armas quando não a violência, a sedução enganosa.

Nos somamos aos gritos da Terra, que se manifestam cada vez com maior frequência, através dos eventos climáticos extremos, como as grandes e seguidas secas acompanhadas de queimadas descontroladas e inundações, cujos sinais são visíveis nas mudanças que acontecem nos ecossistemas e biomas, afetando nossa segurança alimentar, nossas economias, espiritualidades e culturas.

Apontamos o golpe aos nossos direitos, através da Lei 14.701/2023, aprovada pelo Congresso Nacional, que retornou com o marco temporal de 1988 para a demarcação de terras indígenas, já declarado inconstitucional pelo Supremo Tribunal Federal, mas que inexplicavelmente continua em vigor.

Repudiamos igualmente o golpe aos direitos da natureza e também aos nossos direitos com a aprovação, na calada da noite (18/07/2025), do Projeto de Lei (PL) 2.159/2021, apelidado como “PL da devastação”, que libera as agressões ao ambiente por empreendimentos, deixando de lado as necessárias cautelas, para atender aos interesses de uma elite privilegiada, que para satisfazer seu desejo insaciável de acumular riquezas, vulnerabiliza e coloca em risco o futuro de todos os seres vivos. Esperamos do Presidente Lula nada menos que o veto total a esse projeto.

Relacionamos também o vergonhoso golpe contra os Povos Indígenas Kaingang e Guarani de Santa Catarina, com a suspensão das homologações das terras indígenas Morro dos Cavalos e Toldo Imbu, por Ministros do Supremo Tribunal Federal (STF).

Destacamos, por fim, o escandaloso ataque da Câmara do Deputados contra o povo brasileiro e também contra nós povos indígenas, autorizando o uso de 30 bilhões de reais do Fundo Social do pré-sal, para subsidiar endinheirado setor do agronegócio.

Enquanto isso, nossos territórios continuam inseguros e alvos de seguidas invasões, inclusive os dos Povos Livres/Isolados, muitos dos quais continuam invisíveis para o Estado, que não reconhece sua presença. As desintrusões, como da TI Cachoeira Seca, se arrastam por anos, e as demarcações das terras de muitos de nossos parentes se encontram paralisadas, desta vez com a desculpa do Marco Temporal já declarado inconstitucional.

Local: Centro de Formação Betânia - Diocese do Xingu

Estrada da Serrinha, Km 08, Altamira, Pará.

O mercado, o mesmo que quer “passar a boiada” golpeando os nossos direitos para explorar até esgotar as riquezas nos nossos territórios, agora quer nos seduzir com o negócio dos créditos de carbono, vendendo a falsa solução de combate as mudanças climáticas. Somos assediados em nossas terras com propostas de contrato para se apropriar de nossas florestas por 30 anos ou mais, acenando com muito dinheiro, limitando nossa autonomia e governabilidade nos territórios. No contexto da COP30, cada vez aumenta mais o assédio e as tentativas, inclusive com o apoio do governo do Pará, para de forma ardilosa impor a assinatura de contratos, muitas vezes com cláusulas abusivas, atropelando nossos protocolos de consulta e nossas formas próprias de organização e gerando conflitos internos.

Transformar a terra e a floresta em mercadoria é uma afronta ao nosso jeito de viver, as nossas espiritualidades e as nossas interrelações com a natureza. Por isso rechaçamos todas as tentativas de transformar a natureza em mercadoria.

A terra, as florestas, os rios e todos os seres que neles se encontram nos dão a força que se alimenta com nossas espiritualidades. Vivemos pela floresta, pelos rios, pela mãe terra, porque a terra somos nós mesmos.

Nossa resistência enraizada na mãe terra, nos mantém em pé e nos dá força para continuar lutando para permanecer e reconquistar nossos territórios, enfrentando os decretos de morte impostos pelos poderosos, os invasores e as ameaças.

Conclamamos os parentes indígenas de todos os biomas que vão estar na COP30 e na Cúpula dos Povos em Belém, para se juntar a nós Povos Indígenas do Pará e da Amazônia nas lutas:

Pela demarcação e regulação dos territórios indígenas em termos mundiais;

Pela proteção e garantia dos territórios dos Povos Indígenas Livres/Isolados e pelo reconhecimento de suas presenças pelo Estados Nacionais;

Pela proteção permanente e a desintrusão dos invasores dos nossos territórios;

Pelo desmatamento zero, recuperação das áreas degradadas e descontaminação das águas;

Na denúncia da exploração mineral, madeireira, de combustíveis fósseis (exploração de petróleo na Margem Equatorial brasileira), do agronegócio, da grilagem de terras e dos seus impactos devastadores de destruição das florestas, dos ecossistemas, de contaminação dos rios por mercúrio e agrotóxicos;

Contra as falsas soluções no combate das mudanças climáticas e no enfrentamento dos grandes empreendimentos como a Ferrogrão e as hidrovias do Tapajós e Tocantins, que favorecem o avanço da devastação;

Pela responsabilização dos criminosos ambientais e dos assassinos dos defensores dos direitos humanos.

Levantaremos nossa voz em defesa dos nossos territórios e pisaremos firmes no chão com nossos cantos e nossos maracás, nos insurgindo contra toda e qualquer tentativa de negociação de nossos direitos, para somar com a luta de todos os que buscam uma terra saudável com a perspectiva do bem viver.

Realização: Conselho Indigenista Missionário Norte II
Altamira, 18 de julho de 2025.

Local: Centro de Formação Betânia - Diocese do Xingu

Estrada da Serrinha, Km 08, Altamira, Pará.